

Sarney, a onda e a maré

Ricardo A. Setti

Uma seqüência de acontecimentos, dizia o grandê jornalista e correto historiador norte-americano Theodore White, é como uma série de ondas. E a diferença entre o estadista e o político simplesmente de passagem pela função pública é que o primeiro sabe quais ondas indicam o surgimento da maré, e quais são um mero acidente provocado pelo vento.

White falava de cátedra, pois durante sua longa e profícua vida o aborrecimento profissional de tratar com a mediocridade foi compensado largamente pela convivência com grandes homens, ou com homens que, se não grandes por si, marcaram de alguma forma o período histórico em que viveram. Ainda jovem, ele privou nas montanhas de Yenan com Mao Tsé-Tung e Chu En-Lai, nos primórdios da revolução comunista na China. Mais tarde, já na II Guerra Mundial, assistiu de perto ao resgate do general Douglas MacArthur da aposentadoria e o esquecimento para o papel de condutor da vitória americana no Pacífico e conquistador do Japão. Testemunhou George Marshall traçar a reconstrução da Europa. Assistiu, como espectador privilegiado, à ascensão e morte de John Kennedy, e marcou a reportagem política americana com a insuperável série de livros *como se faz um presidente*.

No Brasil, numa semana, como a passada, dominada pelos rasantes que o brigadeiro Paulo Camarinha efetuou sobre o déficit público e as bombas que lançou sobre a autoridade do presidente José Sarney, até ser adequadamente abatido em pleno vôo, acabou não tendo o destaque que merecia um improviso feito pelo presidente aos estagiários da Escola Superior de Guerra que foram visitá-lo no palácio do Planalto. E, no entanto, tratou-se de um daqueles raros momentos em que o presidente distinguiu onda de maré.

Foi no discurso em que Sarney chamou a atenção para o ponto de exaustão a que chegou o estado brasileiro e o desafio que representa, para as lideranças civis do país, a necessidade de repensá-lo. O presidente lembrou que não tem mais para onde caminhar "aquele Estado que era o grande (...) protetor, o Estado que resolvia tudo, o Estado que assegurava todas as soluções e que era um modelo de Estado salvador".

É verdade que Sarney, em seu improviso, não aprofundou o diagnóstico nem apontou caminhos. É certo, também, que o presidente convenientemente omitiu, no trecho em que se referia à falta de recursos "para gerir e atender às necessidades mínimas que competem ao Estado" e para realizar investimentos de grande porte, sua própria e enorme responsabilidade nessa situação: o custo dos cinco anos de mandato arrancados à Constituinte, brinqueços megalomaniacos como a Ferrovia Norte-Sul, a irresponsabilidade com que foi administrado por seu governo o plano cruzado, a docilidade do palácio do Planalto para com a gula dos governadores, a complacência do governo para com a voracidade da burocracia...



A lista é longa, mas o importante é que o presidente tem dado, ultimamente, sinais de que começa a arraigar sua percepção de que a crise do Estado, no Brasil, está no centro da crise brasileira, e que não há forma de sair de uma sem reformular o outro. "Tirar o governo das costas do povo", como dizia na campanha eleitoral de 1980 o hoje presidente Ronald Reagan, deixou claramente de ser uma palavra de ordem carimbada como conceito reacionário para obter um crescente consenso internacional, de Margaret Thatcher a Deng Xiaoping, de Felipe Gonzalez a Mikhail Gorbachev. Tinha que chegar a hora de Sarney, e ela, ainda que tardia, deve ser aplaudida.

O discurso aos estagiários da ESG não foi o primeiro sinal. O presidente abordara com ênfase o tema na célebre entrevista coletiva concedida no auditório do palácio do Planalto, em 1987, em que criticou o excessivo índice de intervenção do Estado na vida do país e defendeu uma desregulamentação da economia. Na ocasião, a coisa, para efeitos práticos, ficou por aí, mas acabaria rendendo frutos. A recente proposta de uma nova política industrial, por exemplo. Aplaudida no início, ela vem agora sendo atacada pelos flancos: não estimulará a competitividade saudável de parte da indústria brasileira, mas sim o consumo fácil e perdulário, atacam alguns; não vai incentivar a criação de tecnologia nacional, porque acabou facilitando mais do que deveria, via incentivos fiscais, a importação de tecnologia, criticam outros. Pode até ser. Mas, tentando distinguir onda de maré — que White também considerava tarefa dos jornalistas —, mais importante do que um maço de medidas baixadas por decretos-leis, passíveis de modificação, é o pacote de convicções que as impulsionou, e este deve ser bem-vindo. No próprio combate ao déficit público, ainda tímido e cercado de adversário por todos os lados — dos que aplaudiram o brigadeiro Camarinha ao senador Mansueto de Lavor, o homem do calote de 10 bilhões de dólares —, aparece, para além do desejo do presidente de acertar-se com o FMI, a compreensão de que a metástese daninha do Estado precisa ser contida.

O fato de se aplaudir o início da conversão presidencial, porém, não deve impedir que se aponte o seu caráter tardio. Não há de ser seu governo, fraco, desmoralizado e impopular, que vai ter fôlego para enfrentar o dragão. O Brasil chegou à situação paradoxal de ter um Estado tão poderoso e vasto que só uma decisão surgida em seu próprio seio será capaz da prática do harakiri institucional: optar pela diminuição de seu tamanho emperrador.

É, portanto, tarefa colossal, para uma fornada de políticos legitimados por um novo banho de urnas, como ocorrerá (se Deus quiser) em 1989 e 1990, ter a coragem política e a visão histórica de encarar como missão fundamental a diminuição de sua própria presença — já que a eles caberá administrar o Estado — na vida do país.

Os lampejos que o presidente José Sarney vem tendo nesse sentido, porém, ainda poderão redimir o desastre que vem sendo seu governo.

Ricardo A. Setti é editor regional do JORNAL DO BRASIL em São Paulo